

MEMÓRIA COLETIVA E DISCURSO PERFORMATIVO: BARRA DO GARÇAS COMO ENUNCIADO

COLLECTIVE MEMORY AND PERFORMATIVE DISCOURSE: BARRA DO GARÇAS AS STATED

Rodrigo Tavares GODOI*

Resumo: Barra do Garças é uma cidade constituída numa consciência histórica dependente da narrativa de Valdon Varjão. O discurso performativo elaborou uma cidade apreendida por meio de mitos. O narrador e a cidade se confundem na própria narrativa. O poder e a força simbólica pertencem à consolidação e reconhecimento da práxis narrativa local. O tempo constituído como histórico manifesta-se na sincronia entre passado, presente e futuro. A postura teleológica é marcante na escrita da história de Barra do Garças. História da cidade é possível se a memória for respeitada e cultuada.

Palavras-chave: Memória coletiva – Mitos fundadores – Discurso performativo – Memória histórica.

Abstract: Barra do Garças is a city established in a historical consciousness dependent on the narrative of Valdon Varjão. The performative discourse prepared a city seized myths. The narrator and the city become confused in the own narrative. The power and the symbolic strength belong to the consolidation and recognition of the local narrative praxis. The time constituted as historical is manifested in synchrony between past, present and future. The teleological posture is outstanding in the writing of the history of Barra do Garças. History of the city is possible if memory is respected and worshipped.

Keywords: Collective memory – Founding myths – Performative discourse – Historical memory.

Toda memória coletiva tem por suporte um grupo limitado no tempo e no espaço. Não se pode concentrar num único quadro a totalidade dos acontecimentos passados senão não condição de desligá-los da memória dos grupos que deles guardavam uma lembrança, romper as amarras pelas quais participavam da vida psicológica dos meios sociais onde aconteceram, de não manter deles senão o esquema cronológico e espacial (Halbwachs).

Este texto é parte integrante da dissertação de mestrado. Mesmo assim, é importante salientar que alguns trechos foram reformulados e alterados em virtude do tempo decorrido entre a escrita, defesa e releitura para publicação em forma de artigo. Esta parte, presente no segundo capítulo da dissertação, foi escolhida devido a uma abordagem específica. As observações firmam-se mediante a problemática da fundação

* Doutorando em História - Programa de Pós-graduação em História - Universidade Federal de Goiás – UFG. Professor – Universidade Estadual de Goiás – UEG, BR 153 Km 99, Anápolis, Goiás – Brasil. E-mail: htgodoi@hotmail.com

da cidade por meio do discurso memorialista a partir da publicação da obra de Varjão desde 1980. Então, os argumentos são mantidos mediante contato direto com a obra do escritor local que tentou apreender historicamente a cidade mediante sua experiência.

A narrativa é uma relação social na qual fundamenta uma orientação sobre a vivência, caracteriza ligação entre passado e presente da experiência. Uma projeção sobre o passado por meio do presente. A relação esta no fato de que as ações do presente são orientadas a partir de figurações ou pré-figurações. Em ambas o signo busca concentrar significante e significado numa perspectiva estruturalista. Enquanto relação social, a narrativa através de uma base de objetivação, prescinde de uma afiguração. O que poderia ser entendido como uma proposição não sobre o passado, mas justificativa do presente. A narrativa do autor da cidade propõe uma composição racional, é numa perspectiva anunciada como verdadeira e comprovada. Porém, o resultado que poderia chamar de figuração é comprometido pelo fantasma da afiguração.

“Em geral o particular é muito insignificante em relação ao universal, os indivíduos são sacrificados e abandonados. A idéia paga o tributo da existência e da transitoriedade, não de si mesmo, mas das paixões dos indivíduos” (HEGEL, 2001, p. 82). É uma questão de conformidade da ideia de tempo do narrado, da narrativa e do narrador. O elo de entendimento entre os três esta no terceiro¹; uma figuração e não de passado, presente e futuro. Não se trata de uma temporalidade existencial, mas de composição da ideia de existência. Uma perspectiva baseada em estrutura sincrônica que desfigura as partes que atribuem sentido ao todo ou das próprias contingências.

Deste modo, o centro de discussão é ligar memória coletiva à consciência histórica da cidade. Este é um estudo de caráter interpretativo que visa apreender o enunciado, o enunciador e cruzar algumas proposições de ordem teórica.

[...] um indivíduo, agindo em seu próprio nome ou em nome de um grupo mais ou menos importante numérica e socialmente, que transmitir a alguém o significado de que ele possui uma dada qualidade, querendo ao mesmo tempo cobrar de seu interlocutor que se social comporte em conformidade com a essência social que lhe é assim atribuída [...] luta propriamente política, encerram uma certa pretensão à autoridade simbólica enquanto poder socialmente reconhecido de impor uma certa visão do mundo social (...) a autoridade que funda a eficácia performativa do discurso é um percipi, um ser conhecido e reconhecido, que permite impor um perciperi, ou melhor, de se impor como se estivesse impondo oficialmente, perante todos e em nome de todos, o consenso sobre o sentido do mundo social que funda o senso comum (BOURDIEU, 1988, p. 82).

O sujeito do enunciado se for autorizado para tal as palavras soam mais sobre a personalidade que propriamente à argumentação. Este nomeador é autoridade, o ser é a significação última. Quando há a autorização para enunciar é criado um conjunto de ritos sobre o enunciado, ou seja, sobre o enunciador, pois ambos se fundem. Assim, na cidade de Barra do Garças o enunciador é homenageado por meio de autoridade, e este rito fundamenta o enunciado. A autoridade no discurso performativo é homenageada porque é implícito um reconhecimento. O enunciado e o enunciador inter-relacionam descartando a distinção entre ambos. É uma relação entre a sociedade do reconhecimento (política), a forma (narrativa) e a proposição (reivindicação de narrar pela condição existencial de fazê-la).

Para Wittgenstein é uma questão de denominação, no ato de denominar a coisa, na sua classificação, esta é tomada como naturalizada, ou seja, o fato de denominar uma nomeação implica uma validade que retira o que nomeia do discurso. Assim, o discurso é a própria coisa. Se é dada a Varjão a autoridade de enunciar Barra do Garças e sendo ela uma presença performativa, então, não se trata de uma construção mas, de demonstração. Ele, enquanto narrador autorizado, foi quem conseguiu apreender o sentido do tempo histórico de Barra do Garças e o apresentou a sociedade que, pela autoridade enunciativa, o reconhece “Denominamos as coisas e podemos falar sobre elas, referir-nos a elas no discurso. Como se já fosse dado com o ato do denominar, uma coisa que significasse: ‘falar das coisas’” (WITTGENSTEIN, 1979, p.20).

O autor e o discurso

“Procuramos não descrever o lado negativo para nos preocuparmos somente com o positivo” (VARJÃO, 1980, p.08). A declaração é evidente, percebe o verbo empregado *procuramos* na terceira pessoa do plural. Isto indica que não fala de sua própria iniciativa, mas a de um grupo ao qual pertence ou ao geral retomando Hegel². O negativo é traduzido em sua obra como o cotidiano. Na ideia modernista e positiva que ronda o pensamento do cronista e memorialista da cidade, a história deve portar de um significado da História (processo). Linearidade e sincronia deve ser a prática de uma escrita da história. Sua afirmação *somente com o positivo* é evidência própria da ideia de sua forma enunciativa, da busca pelo progresso e da civilidade. Tanto nas derivações verbais *procuramos* quanto na *preocupamos* denota a noção de buscar uma história séria e objetiva. Os verbos caracterizam uma narrativa lógica e confiável.

Uma projeção imaginativa, enquanto discurso, apropriada de seres reais e de uma realidade verificável e incontestável (os documentos), daí partir para sua afiguração. A hipótese que ronda a proposição é que a narrativa sobre a cidade está mais para uma justificativa do presente enquanto ação e relação que propriamente entender como as ações e relações eram constituídas na localidade. Por isso, para entender a cidade na sua forma enunciativa é necessário partir de uma análise da ideia de figuração. Aquele que enuncia deve pertencer ao critério de verificação da nomeação. Em outros termos, no discurso é preciso compreender a distinção entre texto e contexto.

Numa ideia de história e na busca de uma verdade sobre a cidade, o cronista faz uso de condições materiais, das testemunhas do tempo. A começar de sua condição de existir. Já nas obras reivindica o direito de enunciar, pois é parte integrante da cidade, o que é reconhecido como tal.

Valeu-nos apenas a memória que num repasso, ainda guarda vivas certas datas ou nomes de participantes das histórias e alguns que, por eventualidade forem citados em fatos que lhe possam ser considerados como pejorativos [...]. Evitaremos ao máximo as ficções ou romantismos sem contudo deixar de usá-los como enfeite (...) trata-se de alguns fatos verídicos, outros históricos, assistidos por alguns, outros de conhecimentos gerais, reminiscências guardadas no subconsciente com testemunhas ainda vivas (VARJÃO, 1980, p.03, 07).

O cronista escreve uma história da cidade através de recursos que chamou de *memória*. Resta saber que tipo de memória este evoca para descrever. Nesta obra que escreveu no ano de 1980 são apresentados dados que pertencem à memória e a própria consciência histórica. Quanto a memória individual, a narração é do momento que chega a cidade, o ano e a atividade que desenvolvia e sobre as festas religiosas que também ambas se confundem com a memória social. A memória coletiva é evidenciada quando refere a Cristino Cortes e seus feitos. Demonstra a afirmação do grupo ao qual pertencia e que possui um valor simbólico sobre a localidade. A memória histórica está presente quando fala sobre o governo de Getúlio Vargas e das bandeiras. De forma geral, a década de 1930 é considerada importante para Varjão nesta obra. Será neste período que a cidade toma forma e o momento que este marca sua presença identitária no lugar. Pensando a partir de seus próprios escritos, sua presença é marcada juntamente com o início da cidade porque chega durante a *Primeira Fase*.

Quando diz *certas datas ou nomes de participantes das histórias* caracteriza a forma de como se apresenta enquanto escritor e narrador. Sua prática narrativa envolve a história subordinada à memória. A memória para o cronista e memorialista é a base central de suas afirmações, seja ela individual, social, coletiva ou histórica. O importante é a memória como base porque este se refere a um tempo de experiência de vida vivida e é cronista porque se refere a um tempo de experiência de vida experienciada e tanto uma quanto outra se funde na narrativa. A memória é o que pode legitimar o dizer verdadeiro do autor e a incontestável originalidade da presença-ausente do princípio fundador. Por essa percepção nota-se também que essa forma de conceber a memória é transferida para a forma de conceber a história. Sua narrativa é realmente aquilo que enuncia, um conjunto de nomes e datas para determinar uma história sobre Barra do Garças.

O fundador

Ao escrever sobre Cristino Cortes, considerado o fundador da cidade, o faz de maneira nostálgica. Essa situação pode ser entendida como um sistema de relação próxima entre ambos. Descreve sua morte como uma tragédia na história de Barra do Garças. Com sua morte também morria a tradição “As festividades começaram a perder a originalidade depois de 1954, com o falecimento do fundador da cidade, Cel. Antonio Cristino (...)” (VARJAO, 1980, p.131). Não se trata de um lamento devido a morte de uma amigo, foi o princípio da ausência, a perda da sociedade original (VARJAO, 1980, p.70-71, 129). A prática de enobrecimento do fundador é a primeira observada em sua obra. Sua presença a partir de então na escrita de Varjão começa a deixar de ser puramente histórica e começa a aparecer nas obras seguintes como mito.

Para formação da localidade, o cronista narra algo que de certa forma, por meio das atribuições descritas em muitas partes, valida uma proposição de que o fundador da cidade, Cortes era mais um coronel na localidade assim como o restante de Mato Grosso e Goiás. Por este motivo lhe foi e é atribuído o termo de coronel, significado pelo próprio cronista da cidade “As ordens do Coronel Cristino eram cumpridas como sentença de qualquer juiz” (VARJAO, 1998, p.33). Mesmo nessa condição, o referido possuía uma *simpatia* devido sua atitude de mandar matar boi no período das festas religiosas, e que, o evento, é descrito pelo cronista como uma *era de ouro* da localidade, uma prática da tradição viva.

[...] o povo aguardava o ano inteiro aquele mês para o destaque religioso, oportunidade em que melhoravam a feição do casario com pinturas ou rebocos, exibiam as melhores roupas e as moças trajavam mais elegantemente. Era a melhor oportunidade dos encontros, dos namoros e dos casamentos [...] coronel Antonio Cristino Cortes, mandava matar um boi e às vezes mais, que eram repartidos entre todos os habitantes em pedaços equivalentes e suprirem as necessidades da família aquinhoadas. O ambiente era de Máximo respeito, não só ao padroeiro da cidade como aos chefes locais que sempre compareciam às festividades para evitar contratempos (VARJAO, 1980, p.71, 129, 131).

Essa é uma oportunidade de compreender como o campo simbólico integrado esta proposição. Mesmo que sua intenção fosse passar uma ideia de ordem e organização social na presença de seu companheiro Cortes outros indícios são percebidos na escrita. A religiosidade era utilizada como forma de coerção e coesão social. Cortes era respeitado e instituído como líder na localidade. Tornou-se carismático, por isso era reconhecido. Administrava uma realidade miserável e cheia de contingências, era importante para o suprimento de necessidades básicas de alguns. Dois grupos estavam presentes, os extremamente dependentes e aqueles diretamente ligados a ele. Nessas reuniões da cidade, também era usado o interesse dos mais influentes. Finalmente, “o ambiente era de Máximo respeito, não só ao padroeiro da cidade como aos chefes locais que sempre compareciam às festividades para evitar contratempos” (VARJAO, 1980, p.131); o poder simbólico na localidade estava presente na junção entre poder religioso e local. A força de ambos preservava uma sociedade voltada para os interesses de uma minoria e a comunidade reconhecia a presença desta como forma de manter ordem. E como fechamento, afirma que toda comunidade era feita de amigos, parentes ou compadres. Estas proposições dadas pelo autor são um indício de como a sociedade possuía uma forma de organização e de código de *lei*. Esta é a parte onde a intuição interna observa uma possibilidade de realidade, na medida da expectativa do autor e da objetivação apresentada dum empírico.

Os fatos se tornaram verídicos porque foram *assistidos por alguns* que fizeram parte dessa localidade desde seu princípio anunciado pela narrativa que relataram ou dividiram sua experiência com uma alteridade. Enquanto alguns são chamados na narrativa *outros de conhecimentos gerais* referindo aos de conhecimento comum pela memória social, coletiva ou aquilo que chamou de histórico. Pela compreensão e

interpretação, esses conhecimentos gerais estão mais para sua classificação de históricos que para uma memória social ou coletiva (GUMBRECHT, 1983, p.01.). De qualquer forma, no momento da escrita de uma história de Barra do Garças este liga a *reminiscências guardadas no subconsciente com testemunhas ainda vivas*. Em Ricoeur o termo *reminiscência* parte do grego que possui duas classificações uma cognitiva e outra pragmática, *mneme* e *anamnesis*. Em caso específico Varjão escreveu sob a primeira na tentativa de identificar uma verdade original (RICOEUR, 2000, p. 04). E esta estava guardada no subconsciente de testemunhas ainda vivas. Seu objetivo foi transformar essa reminiscência em história. No momento da escrita o cronista anuncia que muitos ainda estavam vivos, aqueles que fizeram parte da primeira sociedade, aquela dos anos 1930.

Varjão concentrou sua força narrativa para legitimá-lo como sendo autorizado para enunciar Barra do Garças. Em sua obra memória não é matéria-prima da história, mas a própria história pré-figurada. Então, como se trata de narrativa histórica movida pela nostalgia, o mais indicado era uma narrativa sob olhar daqueles que viveram; um princípio homérico. Assim, texto e contexto se misturam. Na p.60 dessa obra o mesmo fez questão de enfatizá-lo (vi e ouvi). Chegou na localidade no ano de 1937 ficando autorizado para falar da cidade porque fez parte do grupo dos primeiros a estarem no lugar.

“A cidade que não pranteia aqueles que alguma coisa fizeram pelo seu progresso é uma cidade sem passado, sem memória, sem tradições e sem cultura” (VARJÃO, 1992, p.31). Esta proposição pode ser entendida duplamente, confunde noção performativa. Ainda, no contexto de significação há duas evidências claras que podem agir mais como hipóteses de entendimento que propriamente sobre afirmações acertadas. Logo após afirmar a sentença descrita em nota de rodapé, o mesmo fixou uma ideia sobre o mito da origem e outra no fundador. Das p. 39-42 falou sobre Cortes e das p.45-48 sobre a garrafa de diamantes que fora enterrada na localidade, ela passou a ocupar um marco lendário fixado nas p.51-54. Na primeira ideia, pode ser que, o cronista da cidade esteja referindo-se a que Antonio Cortes deve ser dado o direito de atestador do nascimento da cidade. O que poderia deixar claro que a ideia de narrar não é uma condição de imposição sobre o enunciado de qualificação do enunciador. Isto se o texto não possuísse o título *Do passado ao presente* o que denota para uma ideia de que este é parte importante da cidade, e lhe cabe o direito de nomear. A isto seria a segunda evidência, pois a partir das p.103 o autor da narrativa o classifica no âmbito

desta questão de qualificação e valorização. O cronista se intitula como merecedor de participação do progresso da cidade e de ser reverenciado por isso. Tratou de enfatizar sua primeira administração em 1976. Entre as p.143-149 o cronista estabeleceu uma finalidade a sua obra por reportar a cidade por meio de poemas, nos quais buscaram reforçar um passado comum para a cidade. Nestes, re-significa a significação feita em páginas anteriores, descreve a questão da pedra Arraya como sendo um marco que dá a cidade um sentido de mistério e de misticismo, lugar que surge já das riquezas. “A lenda da ‘Pedra Arraya’/ Não deve viver apagada, / Precisa ser divulgada/ A quem aqui vem viver;/ É uma história fascinante/ Do litro de diamantes/ Que ainda estamos por ver” (VARJÃO, 1992, p.143).

A fundação

Na localidade existiam poucas *casas* na parte que poderia chamar de cidade velha³, o que poderia ser compreendido toda uma faixa na beira do rio, lugar onde se localiza o Porto, que passa a rua Cortes. O cronista tenta descrever um pouco sobre como se deu o processo de desenvolvimento do lugar desde a chegada do fundador da cidade, ou seja, na década de 1920 o lugar era menos expressivo que qualquer outra localidade que já estava estabelecida nas proximidades, como Registro e Baliza. Mas, o importante é observar que para o autor a expansão da cidade se dará a partir da década de 1950, devido a influência da Fundação, com a criação de escola e com o ramal para linha telegráfica de Marechal Rondon, que ficava em Voadeira⁴.

Com a abertura dos garimpos, começa a chegar garimpeiros que Antonio Cristino vai colocando nas imediações da corrutela onde as terras são agricultáveis e devolutas. Não havendo armazéns que fornecesse mercadorias ao povo, Antonio solicitou de Emiliano Costa, seu grande amigo residente em Registro, que abra uma filial na nova corrutela. Emiliano designou seu cunhado, João Sousa, com o objetivo de vender mercadorias e comprar diamantes. Com ele vem um rapaz de 15 anos, empregado de balcão, para tomar conta da loja. Esse rapaz, que mais tarde viria ser um cidadão barra-garcense, é Antonio P.C.Bilego (VARJÃO, 1992, p. 35).

Como cronista e memorialista, Varjão escreveu uma sociedade muito distante do que pode observar hoje nas ruas da cidade. Mesmo porque esta ainda não existia. Nas décadas de 1920-1940 a sociedade que viria a se chamar de Barra do Garças era

ocupada, na sua maioria, de garimpeiros. O *a priori* da cidade está localizado num imaginário social de riqueza e prosperidade. Os homens sozinhos ou acompanhados de suas famílias alimentavam um imaginário sobre um lugar não determinado nas terras de Mato Grosso. Quanto maior a distância, assim também seu sonho. No caso de Goiás, muitos chegavam nessa região porque também frequentaram outras localidades de garimpo. Seria a esperança alimentada por um imaginário.

O mito

Mesmo não apresentando o lugar ou de onde esse mito parte, se apropriou dele e o anunciou como se fizesse parte na formação da cidade. Para estar presente na memória *não deve viver apagada*. A presença do mito fundador é uma espécie de fascinação a quem vive ou passa a viver na localidade. A questão da garrafa de diamantes apresenta uma noção de prosperidade. O litro de diamantes *que ainda estamos por ver*. Mesmo referindo-se para um tempo passado é evidente que a preocupação do narrador manteve-se no futuro. A presença do diamante na ideia geral de formação da cidade de Barra do Garças é tão presente que pode ser vista primariamente por aqueles que pelo centro da cidade estão passando⁵. A finalidade da escrita é produzir uma sociedade conformada, porque uma narrativa como esta busca exclusivamente as semelhanças. Em caso especial, do grupo coletivo que predominava a partir da década de 1930. Essa sociedade aparece na escrita do cronista e memorialista como um fenômeno a ser entendido a partir de uma (re)construção.

“Ser barra-garcense de outrora/ Não é ter vindo agora, / Depois da cidade crescida;/ É ter garimpado na praia,/ Na beira do Araguaia/ Fazendo sua comida” (VARJÃO, 1992, p.145). A sociedade original surgiu com o garimpeiro. Na expressão *ser barra-garcense de outrora* demonstra essa ideia do original, de um *a priori* para o lugar. No mesmo tempo, essa afirmação se torna intituladora do grupo de pessoas que viveram no lugar a partir dos anos de 1920. Mesmo tornando-se um barra-garcense, os que chegaram de fora, deveriam entender e perceber uma formação original para a localidade e seus habitantes. Quando diz *é ter garimpado na praia* está evidenciando uma prática de localização da memória coletiva. Mesmo neste deslocamento, isso não retirou a visão mágica e romântica para a formação da sociedade.

“Barra, hospitaleira terra de ‘Simião Arraya’/ Rutilante, queimada de Sol, que a seca não flagela/ Abrigo lembrado de quem como retirante sacia,/ Tens rios, tens

montanhas que embelezam tua aquarela” (VARJÃO, 1992, p.149). Barra do Garças é sinônimo de *completo*. Nas narrativas em verso o cronista poeta vislumbra e explicita toda a forma que imagina ser para a simetria da cidade. Contrariando a característica própria do Nordeste, Barra do Garças não seca, é lugar onde o retirante se sacia. Esta parte pode ser entendida como se estivesse se referindo a seus companheiros ou condescendentes, aqueles que migraram e que sofreram muito para atingir as localidades na beira do Rio Araguaia. É uma visão contemplativa há presente uma *aura* que distancia pela proximidade e se aproxima pela distância (BENJAMIN, 1980, p.9,13). Uma verdadeira obra de arte a escrita em verso de Varjão. Sua epopéia imagina uma cidade ideal, no balanço entre seu passado-presente-futuro.

Tempo e realidade

O cronista da cidade tenta classificar o que é considerado como progresso e quais foram seus participantes. A relação entre realidade objetivada e realidade apresentada é mantida por uma distância chamada de retrodicção. A sequência propositiva do cronista da cidade é uma tentativa de elucidar ou de clarificar sobre como pensar historicamente a cidade. Entre a idéia por meio da imaginação histórica e a ideia por uma imaginação sobre dados históricos há uma evidência, a memória da cidade. Para entender sobre a cidade de Barra do Garças, é necessário ao intérprete das obras observar as possibilidades que são classificadas pelas retrodicções enquadradas pelo autor. Assim como a ciência recorre à filosofia quando não consegue fundamentar ou enquadrar uma realidade sensível, também a imaginação sobre a localidade é um recurso usado para evitar anacronismos. A palavra realidade perde seu referente ou significante, este a desloca, há uma transcendência entre uma objetiva e uma imaginativa. Não há um centro de pensamento.

Essa ideia de realidade que é tratada aqui não significa uma que seja plausível de verificação por todos os que pesquisarem sobre a cidade de Barra do Garças. Não significa uma projeção racional a ponto de encontrá-la na sua forma objetiva e lógica. Mas de uma realidade que é pensada a partir de, quando se trata do texto do cronista, objetivação e significação. E da relação cruzada entre o texto apresentado na sua pretensão de figuração com as práticas das relações sociais (de objetos), na sua materialidade que são percebidos por meio dos cruzamentos das próprias relações ou das manifestações inconscientes dos sujeitos de ação. São considerados inconscientes

por não haver uma racionalidade finalista sobre o pensar hoje por meio das informações confeccionadas para um pensar futuro sobre o presente, que será passado. Não existe uma base como *a priori* objetiva, mas objetivações acerca dos objetos de relação, por isso, as fundamentações são necessárias quando se trata de significar os signos como substitutos dum conjunto de objetos, chamados de realidade sensível ou da vida prática.

Para entender a problemática sobre a cidade e sobre as sequências estabelecidas pelo próprio cronista da cidade, é importante pensar sobre o tempo. O presente é muito citado nas obras do cronista da cidade, isto significa suas proposições sobre os títulos *do passado ao presente, um pouco de sua história, janela do tempo, homenagem ao passado, Barra do Garças no passado, migalhas de sua história e fatos do passado*. Então, a relação do tempo na obra do cronista esta numa projeção de cubos; o tempo presente é o marcado pela terceira fase que descreve como os ciclos da cidade e o passado, um histórico, a partir de 1924 e um mítico, a partir do séc. XVII, com as bandeiras. Mas o que quer significar sobre a questão do tempo é o fator primordial, o passado não existe mais, sua capacidade de relembrar é diferente da relação de relembrar, o que pretende é desconsiderar qualquer fator subjetivo da narrativa do cronista. O tempo que reivindica esta como uma tábua rasa na mente do narrador, é uma comprovação e para ter acesso a este tempo que deve ser de referência para a cidade, deve-se recorrer a seu portador legal, as suas narrativas por meio de palestras dadas e registradas em gravadores ou fitas de vídeo ou por meio de suas obras escritas e perpetuadas como legítimas.

A realidade é subjetivada e relativizada por causa do tempo da narrativa e ao mesmo tempo, o tempo é subjetivado e relativizado por causa da ideia de realidade da configuração. Eis a questão do tempo e da realidade, na narrativa do autor. A cidade é configurada numa ideia de real. Sabe-se que ocorreram os objetos descritos, mas o que se pergunta é: a figuração preserva uma coerência entre os objetos e a objetivação? Com base numa orientação teórica (FINLEY, 1989), a ideia de história vista sob a pretensão de ciclos, é uma visão mítica e que, por sua vez, retira o caráter de objetividade da consideração do que seria real. Quando pensar a história com uma base na antropologia (POLANYI, 1980), a ideia de ciclo denota uma forma de ruptura, onde o que existia é modificado e transformado para uma nova etapa, seu uso entra em desuso, seria uma ideia de progresso. Caberia uma pergunta, mas quando a Fundação Brasil Central chegou em Aragarças, a ideia seria retirar os homens do trabalho de garimpagem ou seria a Fundação o marco do término do garimpo nos rios Araguaia e Garças? Poderia

afirmar que havia uma transcendência das fases em si? Ou seja, a segunda existiu na primeira a segunda na quarta, ou ambas em todas? Houvera as fases ou formam formas adaptativas e criadas na narrativa como classificação por convenção?

O tempo e a realidade ultrapassam medidas de enquadramentos, mesmo que não seja possível encontrar uma essencial na linguagem, os signos são falhos em si, mas no conjunto das proposições denotam uma capacidade de entender as significações. São dois signos que possuem uma falta de centro, no caso de Barra do Garças. A própria narrativa não possuía a pretensão de tratar dos signos por meio de conceitos. A proposta do cronista é necessariamente o de relatar um momento histórico. Não cabe a pergunta sobre a verdade da narrativa, mas como uma relação sincrônica projeta a diacrônica da e na narrativa.

Capacidade narrativa e memória histórica

Enquanto o significante é apresentado pela narrativa do cronista como algo que esta fora da narrativa, ou seja, que sua presença independe da vontade de narrar ou da configuração, o significado concentra-se na narrativa. Apesar de aparecer em sua narrativa a palavra reminiscência esta, no seu emprego, quer denotar uma imitação. Pela *aura* essa realidade esta ao mesmo tempo presente e ausente. Distancia-se pela aproximação e aproxima-se pelo distanciamento. Uma dialética se apresenta na escrita do autor quando há uma união na apreciação de suas obras. O significado da obra é notado pela escrita. A narrativa pode apresentá-lo de forma justificada, mas somente a escrita sanciona uma história pela memória. O significado coloca em ordem o tempo histórico. Enquanto o significante temporalmente esta no passado o significado é no presente. Este sentido de compreensão sobre significante e significado é que justifica a escrita. Sua presença é a forma de caracterizar a história da cidade pelo uso dos signos.

A presença de uma escrita da história de Barra do Garças pela prática narrativa de Varjão, não significa que o mesmo pretendeu aplicar uma apresentação conceitual de suas aplicações. Sua compreensão da cidade não envolveu pensar sobre o processo diacrônico. Mesmo assim, na prática narrativa de sincronia a diacronia apresenta-se. Essa apresentação não é de forma voluntária porque conscientemente o escritor pretendeu evitar qualquer indício de descontinuidade. A questão esta na prática hermenêutica sobre a narrativa. Os preconceitos que se apresentaram para entender a escritura do cronista e memorialista identificam pontos miméticos e de imaginação. Um

conceito não pôde ser encontrado na narrativa de Varjão porque justamente este não apresentou intenção na teoria ou na própria reflexão sobre o tempo. A escrita concentrou sobre a relação de verso e prosa.

Na localidade, a incompreensão do tempo é sustentada pela irreflexão sobre as práticas desenvolvidas pelos sujeitos na localidade. A narrativa é tomada de consciência sobre um conjunto de práticas desenvolvidas, que ao figurá-las, o sujeito deve empreender em evidenciar o cotidiano e a própria parte da reflexão sobre as condições possíveis da narrativa acerca do narrado e do que pretende narrar. Uma ideia de realidade é sempre aqui tratada por meio dum conceito de relação, que reflete sobre as práticas dos sujeitos mesmo que estes não tenham a consciência de que há de narrar. É uma condição de pré-figuração. A evidência da narrativa esta na quantidade de obras publicadas. Estas dão base para um processo de reflexão, e é compreendido que para realidade e tempo são manifestas inúmeras noções. A noção de tempo do autor é voltada para uma forma psicológica, quando tenta descrever as festas da cidade, o estilo denota que este faz mais uso de sua memória individual. Em certas obras, a ideia de tempo perpassa a uma condição biológica e mecânica, mas em outras, já é percebida uma noção de tempo onde não se percebe o próprio tempo, sua análise fica impossibilitada, pois a duração parece não existir. E para cada situação apresentada, é também uma ideia diferente de realidade. A inexistência do tempo nas obras do cronista é entendida quando o autor passa duma narrativa temporal de acontecimentos para um relato de romance onde não apresenta nenhum indício empírico ou de trato com dados histórico (VARJAO, 1993, p.71-74).

O real para o cronista é ligado por uma veia que conduz uma representação que seja contínua. Essa realidade fica sob a presença do presente. Veja, se a narrativa produzida é para satisfazer uma finalidade, isto denota que inconscientemente a narrativa não pertence ao passado descrito, afirmado e reconhecido, mas que toda projeção parte do presente⁶. Esse presente é o que denota o momento racional de medir as ações dos homens e mulheres da localidade. Assim, uma hipótese é que nada poderia ser escrito fora da narrativa. A imaginação é produzida na narrativa⁷ por meio do que não pudesse ser narrado, ou seja, dos silêncios da narrativa que ao mesmo tempo é uma esquematização sem conceito (DERRIDA, 1995, p.19). Uma forma de esquema sem conceito, ou que esteja fora da reflexão, é o fator básico de quando o cronista tenta buscar um mito original que esta fora da noção de memória, apropriação de relatórios

sobre as bandeiras ou de uma memória histórica que não pertence à localidade, mas que pela imaginação consegue anexar a compreensão sobre a cidade.

Em 1667 os bandeirantes Campos Bicudo (Pai Pira) e seu filho, Antonio Pires de Campos, tiveram um encontro com outros bandeirantes, Bartolomeu Bueno seu filho Bartolomeu Bueno da Silva (o Anhanguera) no local por eles descrito e procurado mais tarde como a lendária “Serra dos Martírios” ou “Minas dos Araés” [...]. A passagem do roteiro indicava Porto Grande ex. Registro do Araguaia, denominado “Caminho Geral dos Bandeirantes” ou “Estrada Geral do Sertão” (VARJAO, 1985, p.27).

Como as palavras de Varjão nesse momento soam como crônica, há também outros escritos cronistas que podem ajudar a lidar com uma situação como esta dos bandeirantes e sua relação com a cidade de Barra do Garças. Essa mesma passagem é encontrada nos escritos de Alencastre. Este cronista desenvolveu suas narrativas a partir dos escritos de Silva e Souza que chegou a Capitania de Goiás no ano de 1790 aos vinte e seis anos de idade. Durante o séc.XIX Alencastre fez parte do IHGB e no ano de 1863 apresentou sua obra sobre *Anais da Província de Goiás*, na qual fazia apologia a Luiz Antônio da Silva e Souza. Em suas considerações “A Província de Goiás considera-o como seu natural, e lá homem algum deixou, baixando sepultura, mais pungente saudade, memória mais venerada” (TELES, 1998, p.17). Nos escritos de Silva e Souza, presentes na obra de Alencastre e reapresentadas por Teles, são apresentadas algumas noções que envolvem a questão enunciada por Varjão.

Mesmo não explicitando sua intenção, quando enuncia, o faz como uma necessidade para entender o *a priori* de Barra do Garças. Por uma observação informativa do enunciado, em Alencastre o encontro das duas bandeiras é confirmado. Melhor dizendo, o cronista de Barra do Garças fez uso de informações existentes nos *Anais da Província de Goiás* para fundamentar sua escritura. Nas obras de Bertran, Teles, Alencastre e Americano do Brasil são encontradas informações a respeito das bandeiras em Goiás através dos escritos originais de Silva e Souza e José Ribeiro da Fonseca apresentados em textos durante os séc. XVIII e XIX. Quanto aos comentários obtidos pela questão das bandeiras de forma geral eles foram extraídos de Holanda⁸, Coutinho, Southey, Freitas, Goes Filho, Wegner, Monteiro e Galletti.

As bandeiras foram em seu princípio movimentos que buscavam ou pretendiam a captura de índios e não a busca de ouro (ABREU, 1988, p.99).

[...] seguido de um filho do mesmo nome, de idade de doze anos (que veio a ser o descobridor d'esta capitania), e outros aggregados, chegou pouco mais ou menos em 1682 ao domicilio do pacifico gentio Goya, que agora habitamos (...) reconheceu a riqueza do lugar vendo folhetos de ouro bruto pendentes ao collo das Indias: e com esta certeza, confirmando de algumas indagações, regressou ao seu paiz natal, seguindo da numerosa presa que tinha feito, a utilizar-se do fructo dos seus trabalhos (TELES, 1998, p.74).

A presença de Bartolomeu Bueno da Silva em terras goiana durante o séc. XVI foi exclusivamente a fim de capturar índios e levá-los para São Paulo. Sua utilidade seria para o trabalho braçal, cada índio custava um quinto do valor de um escravo africano.

O momento da escrita cronista de Varjão compreende uma forma de enunciação comprovada. As bandeiras são comprovações das verdades enunciadas. As bandeiras do séc.XVII consolidam-se pelo fator apresador, o que não caracteriza a presença de interesses econômicos (garimpo) envolvidos, mas em interesses oficiais da Coroa. Na obra de Varjão, a Mina de Araés e Martírios possuem o mesmo correspondente, porém para Southey esta passagem denota uma distinção mais cautelosa. Em seus escritos caracteriza a partir de uma fonte incerta, assim refere-se ao próprio Martírios, um lugar não mais encontrado ou ao próprio Xingu (SOUTHEY, 1965, p.173,174). Os dados quanto as bandeiras que seguiram para Goiás e Mato Grosso são insuficientes e imprecisas, há poucos documentos sobre as bandeiras (AMERICANO DO BRASIL, 1982, p.26). Por fazerem parte dela mamelucos e índios, a historiografia brasileira não deu atenção para esse movimento. Varnhagen dava nenhuma atenção para os cidadãos comuns, mestiços ou índios, sua preocupação centrava-se exclusivamente sobre a política (GOES FILHO, 1999, p.103).

Os Martírios é um problema histórico ligado aos mitos⁹. Segundo a escritura cronista, Pires do Campo foi quem viu essa localidade quando navegava com seu pai.

Por esta época já circulava entre os sertanistas uma nova figuração do velho mito do Eldorado: uma serra dourada, avistada uma vez e para sempre perdida no mais recôndito dos sertões do oeste. Chamaram-na dos *Martírios* porque, *por obra da natureza*, conforme versão do sertanista Antônio Pires de Campos, apresentava *umas semelhanças da Coroa, lança e cravos da paixão de Jesus Cristo*. Seu relato sugere a visão de paredões de cristais, onde o sol se refletia iluminando a mata, por ela serpenteando um rio, em cujo leito rebrilhavam pepitas de ouro em grande profusão. Pires de Campos teria catorze anos de

idade, quando teria avistado, pela primeira e última vez, a Serra dos Martírios. Acompanhava uma bandeira chefiada por seu pai, o sertanista Manuel de Campos Bicudo. Realizada por volta de 1670, a bandeira varara a região entre os rios Cuiabá e Paranatinga, em busca de índios para aprisionar. Nesse trajeto, os sertanistas teriam avistado a serra fantástica e armado pouso nas margens do rio que lhe corria aos pés. Ali, lembrava-se Pires de Campos de ter brincado com os preciosos granetes amarelos, aos quais só viria a dar importância passados muitos anos, quando foram descobertas as Minas Gerais e o ouro passou a ser valorizado (GALLETTI, 2000, p.52-53).

Entendendo a questão, Varjão escreve logo após fazer a menção sobre os Araés e os Martírios a sentença *a passagem do roteiro indicava Porto Grande ex. Registro do Araguaia, denominado “Caminho Geral dos Bandeirantes” ou “Estrada Geral do Sertão*. Em contrapartida, quando analisa o livro de memória de Antonio Pires do Campos (TAUNAY, 1975), essa passagem não se refere a um lugar descrito Porto Grande titulado ex. Registro do Araguaia. A bandeira localizava-se entre os rios Cuiabá e Paranatinga.

O problema dos Martírios é próprio para pensar sobre o imaginário. As referências obtidas nos documentos sobre as bandeiras são vagas e imprecisas. Na leitura de um, provoca o abandono de outro ou na confrontação de ideias e concepções distintas. Na relação de seus cruzamentos é possível uma imaginação (histórica) sobre seus dados e a tentativa de uma representação.

Na obra de Silva e Souza essa aparição se faz de forma um tanto diferente da composta anteriormente,

Consta por tradição antiga que Manoel Corrêa foi o primeiro, que ambicioso d’este lucro chegou até o lugar dos famigerados Araés d’esta capitania, a que depois o gentio Goya, habitante no lugar da maior riqueza, fez dar o nome, que ainda conserva, de Goyaz [...] Outros se empregaram no mesmo exercício, tendo em vista menos descobrir o terreno e contemplar as suas maravilhas [...] (TELES, 1998, p.73).

Com a afirmação de um escritor cronista do séc. XIX aproxima-se das ideias de Varjão. Nesse sentido poderia apresentar sua narrativa como verídica ou como princípio de verdade. Sim poderia, mas se na escrita de Silva e Souza não apresentasse uma questão semelhante à de Varjão. Silva e Souza deixa claro antes de escrever que se tratava de uma *tradição*¹⁰. Não instituiu uma verdade, assim como Varjão em algumas obras declara fazer uso de reminiscências, o que não ocorre com esta em especial. Sua

ideia é apresentar uma história para Barra do Garças e faz uma dedicatória aos *pioneiros bandeirantes*. Silva e Souza concentrou em dados que poderia comprovar, reproduziu uma mensagem que já perdurava também sobre o imaginário daqueles migrantes que se dirigiam para Goiás já no séc. XVIII. Esse imaginário foi o que moveu os migrantes a procurarem a capitania de Goiás a fim de encontrarem as lendárias riquezas. Um indício apresenta como importante, o Araés foi substituído por Goya. Há uma transcendência no ser da coisa. Ou seja, uma aplicação própria para a localidade de Goiás.

No caso da escrita da obra do autor Varjão, nesta obra em análise este faz uma apologia aos pioneiros e aos bandeirantes. Neste sentido, a utilização de Bartolomeu Bueno da Silva não foi de mera estética, mas desempenhou um passado próprio a fim de justificar a presença da cidade de Barra do Garças e estabelecer a relação entre ambos. Os bandeirantes haviam se estendido desde o séc.XVII até meados do XX com a migração dos nordestinos para Barra do Garças. Logo após falar do Anhanguera e sua bravura o aproxima na figura de Cortes e a formação da cidade.

Ainda foi posto pelo cronista da cidade que havia um *Caminho Geral dos Bandeirantes ou Estrada Geral do Sertão*. Essa fala se referiu ao primeiro Anhanguera, quando seu filho pôs-se pelo caminho que trariam de volta a Goiás, ficou perdido por três anos (BERTRAN, 1997, p.47- 48). A certeza que é passada pelo cronista é contrária as escritas cronistas sobre a Capitania de Goiás do séc.XIX. A posição efetiva de que Registro do Araguaia era conhecido assim como às águas do rio Araguaia torna-se duvidosa a cada momento que aprofunda um contato com tais narrativas. O grande interesse do cronista Varjão não é saber as questões que envolvem tais afirmações, pelo contrário, a finalidade é saber como produzir uma escritura que justifique sua história de Barra do Garças fazendo uso de documentos como forma de confiabilidade.

A forma adotada pelo cronista da cidade Varjão decreta uma condição imaginativa sobre uma realidade. Mesmo buscando uma questão ligada ao fator histórico, se funda sobre condição que nas outras crônicas aparecem de forma contestada, uns sobre os outros e mítica. Concentra mais uma vez a questão direta sobre a aparição da cidade de Barra do Garças durante o início do séc.XX. Sua lendária história da garrafa cheia de diamantes também toma outra condição mítica, sobre o problema da Serra dos Martírios, da Lagoa de Paraupava, dos Araés e do S.S.Arraya¹¹.

Apesar de uma figura histórica, Bartolomeu Bueno da Silva é apresentado para Barra do Garças de forma mítica. Nas palavras de José Ribeiro da Fonseca (BERTRAN, 1997, p.48) o Anhanguera (filho) esteve perdido por essas terras por aproximadamente

três anos. Essa condição impossibilita afirmar sobre os lugares que ele esteve presente ou tenha passado. Diante os relatórios de viagens e crônicas, alguns nomes foram mantidos como ponto de indicação. Sendo que, nenhum refere-se a localidade de Registro do Araguaia ou *Caminho Geral dos Bandeirantes ou Estrada Geral do Sertão*. Caso o cronista usou de uma fonte nova que atribui significado para as partes descritas em suas obras, somente este as conheceu. Nenhum cronista, nem mesmo Silva e Souza faz menção dessa passagem. O nome que este cronista faz menção é o de *Araés d'esta capitania*, mesmo assim, atribui sentido a ela como localizada na proximidade do rio Claro e Vermelho, ou seja, sua existência estava ligada a Capitania de Goiás.

Consta por tradição antiga que Manoel Corrêa foi o primeiro, que ambicioso d'este lucro chegou até o lugar dos famigerados Araés d'esta capitania, a que depois o gentio Goyá, habitante no lugar da maior riqueza, fez dar o nome, que ainda conserva, de Goyaz [...] (TELES, 1998, p.73).

As minas dos Araés já eram descritas desde o séc.XVIII. Nos escritos de Silva e Souza, essas se encontravam na Capitania de Goiás. O nome não permaneceu *Capitania dos Araés* porque os goyazes conquistaram a região, e devido a conquista, preservou o nome destes últimos. Mas, assim como Varjão, Silvas e Souza parte de uma *tradição antiga*, aqui verteria para tradição oral. A informação apresentada não partiu de nenhuma fonte escrita, mas daquilo que se ouviu dizer.

Proposição final

Destarte, a narrativa local é fruto da constituição imaginária do sujeito da narração. A proposição entre narrar e apresentar dispensa do narrador a condição básica de compreender o conjunto dos conceitos existente que foram formulados previamente como categorias de análise para entender e identificar uma condição real e possibilitar racionalizar as condições possíveis da narrativa historiográfica. Na tentativa de conseguir uma narrativa ideal Varjão descreveu acontecimentos que poderiam ser caracterizados de maneira: a) uso da memória histórica, b) da memória coletiva, c) da memória individual e d).como ponto da máxima sobre a localidade onde as três anteriores se confundem, a imaginação.

Referências bibliográficas:

- ABREU, C. *Capítulos de História Colonial*. 7ªed., Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1988.
- ALENCASTRE, J.M.P. *Anais da Província de Goiás 1863*. Goiânia: Sudeco, 1979.
- AMERICANO DO BRASIL, A. *Súmula de História de Goiás*. 3ªed., Goiânia: Unigraf, 1982.
- BERTRAN, P. (org.) Relação do primeiro descobrimento das minas de Goiás por Bartolomeu Bueno da Silva, escrita por José Ribeiro da Fonseca. In: *Notícia Geral da Capitania de Goiás*. Goiânia: UCG/UFG, 1997.
- BOURDIEU, P. *Economia das Trocas Linguísticas: o que falar quer dizer*. 2ªed., São Paulo: EDUSP, 1988.
- BENJAMIN, W. A Obra e a Arte. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- COLLINGWOOD, R.G. *A Ideia de História*. Lisboa: Presença, 1972.
- DERRIDA, J. *A Escritura e a Diferença*. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- GALLETTI, L. da S.G. A redenção pela história In: *Nos Confins da Civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. São Paulo: USP, 2000 (Tese de doutorado).
- GOES FILHO, S.S. *Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas*. Um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GUMBRECHT, H-U *et all*. Histoire et langage: travaux allemands en lexicologie historique et en histoire conceptuelle. In: *Revue d'le Histoire Moderne et Contemporaine*. Tome XXX, avril-juin, 1983.
- FINLEY, M. *Uso e Abuso da História*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- HEGEL, G.W.F. *A Razão na História: uma introdução geral à filosofia da história*. 2ªed., São Paulo: Centauro, 2001.
- _____. *Fenomenologia do Espírito*. 3ªed., Petrópolis, RJ: Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2005.
- MELLO E SOUZA, L. Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil Colonial. In: FREITAS, M.C. de (org.) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 5ªed., São Paulo: Contexto, 2003.
- POLANYI, K. *A Grande Transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980.
- RICOEUR, P. *La Mémoire, l'Histoire, l'Oubli*. França: Seuil, 2000.
- SOUTHEY, R. *História do Brasil*. Vol 5. 3ed., São Paulo: Obelisco Limitada; 1965.
- TAUNAY, A. de E. *História das Bandeiras Paulistas I e II*. 3ªed., São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1975.
- TELES, J.M. *Vida e Obra de Silva e Souza*. 2ªed., Goiânia: UFG, 1998.
- WITTGENSTEIN, L.J.J. Investigações filosóficas. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- VARJÃO, V. *Barra do Garças*. Do passado ao presente. Brasília: Centro Gráfico, 1992.
- _____. *Barra do Garças (migalhas de sua história)*. Brasília: Centro Gráfico, 1985.
- _____. *Barra do Garças no Passado*. Brasília: Centro Gráfico, 1980.
- _____. *Epopéia dos Sertões*. Brasília: Centro Gráfico, 1993.
- _____. *Janela do Tempo. História e estórias: do nosso povo, de nossa gente, nosso passado*. 50 anos de paz, ordem e progresso. Barra do Garças: s/Ed., 1998

Notas

¹ Deve ser visto como uma posição hermenêutica.

² A fala do cronista é apresentada como se fosse da *Coisa-em-si* (HEGEL, 2005, p. 95).

³ Nos dias atuais essa cidade velha fica pouco notada, pois com a criação de lugares de lazer resultou na morte de parte da cultura material e da memória da cidade.

⁴ Este período foi o do primeiro mandato do cronista como prefeito da cidade de Barra do Garças.

⁵ Aqui a referência esta para o monumento criado no centro da cidade que faz menção ao garimpeiro como lugar de civilidade e progresso.

⁶ Toda construção é presente. Este é um fim em si.

⁷ A imaginação pode ser vista como dúvida, há uma de produção individual, da liberdade pura de especulação subjetiva e uma imaginação, que é a tentativa do historiador, por base em dados materiais de viver no próprio espírito, por isso um re-presentar (COLLINGWOOD, 1972).

⁸ Considerado o primeiro historiador da História cultural no Brasil (MELLO E SOUZA, 2003, p.24).

⁹ Capistrano de Abreu se refere aos Martírios como lugar ainda para ser descoberto devido a tamanha imprecisão de seus dados (ABREU, 1988, p.143).

¹⁰ No final de seu texto *O descobrimento, governo, população, e cousas mais notaveis da capitania de Goyaz* declara ter tido apenas dois meses para pesquisar sobre o assunto e que sobre os documentos lidos e vistos também havia entrado informações de viajantes (ABREU, 1988, p.138).

¹¹ ABREU, 1988; TAUNAY, 1975; SOUTHEY, 1965; BERTRAN, 1997; TELES, 1998; ALENCASTRE, 1979; AMERICANO DO BRASIL, 1982.

Artigo recebido em 10/01/2013. Aprovado em 10/02/2013.